

CRISTINA ROBALO CORDEIRO
COORDENAÇÃO

TOLOGIA

FRANCOFONIAS EM DIÁLOGO

Dos anos 80
à atualidade

iu

CONTRAÇÃO DO MUNDO¹

Achille Mbembe

Achille Mbembe é historiador e um dos pensadores contemporâneos mais influentes e inspiradores em todos os domínios das ciências sociais e humanas. Mbembé nasceu nos Camarões e é investigador no Wits Institute for Social and Economic Research (WISER) e professor de História e de Ciência Política na Universidade de Witwatersrand, em Johannesburg, na África do Sul. Os seus livros – nomeadamente *Sortir de la grande nuit* (2010), *Critique de la raison nègre* (2013), *Politiques de l'inimitié* (2016) –, estão traduzidos em treze línguas incluindo o português. Fortemente inspirado por pensadores martinicanos como Glissant e, sobretudo, Fanon, Mbembe forjou o conceito de “necropolítica” para dar conta das modalidades contemporâneas de violência e de brutalidade. Deslocado da área da estética para a da política, o termo ‘brutalismo’ designa aqui uma reconfiguração tecnológica do poder, articulando dois parâmetros: a apropriação do vivente pela máquina capitalista, com o seu corolário de desastre ecológico global, e a informatização do mundo com o seu avesso correlativo de ‘fronteirização’, i.e., de imobilização de populações consideradas supérfluas em ‘campos de estrangeiros’. As páginas

¹ Achille Mbembe (2020). *Brutalisme*. Paris: La Découverte, pp. 168-171.

168-171 de *Brutalisme* constituem a última secção do capítulo “Circulations” onde o autor retoma o tema da ‘fronteirização’ como dispositivo que divide a humanidade em duas categorias racializadas: os que têm direito a circular e os que são internados em campos, ao arpejo do princípio do emaranhado, o qual exige modalidades mais flexíveis e itinerantes de cohabitar a Terra como ‘horizonte comum de todos os viventes’.

O custo humano das políticas europeias de controlo das fronteiras é, hoje, cada vez mais pesado, acentuando, simultaneamente, os riscos que correm doravante os eventuais migrantes. Impossível contar o número de todos os que morreram durante a travessia². Semana após semana, somos brindados com mais uma dose de narrativas cada qual a mais escabrosa. Trata-se frequentemente de histórias de homens, de mulheres e de crianças afogados, desidratados, intoxicados ou asfixiados nas costas do Mediterrâneo, do Egeu, do Atlântico ou, cada vez mais, no deserto do Sara³. A violência nas fronteiras e pelas fronteiras tornou-se uma das marcas da condição contemporânea. Pouco a pouco, a luta contra as migrações ditas ilegais toma a forma de uma guerra social que atinge agora uma escala planetária. Mais dirigida a classes de populações do que contra indivíduos em particular, ela combina presentemente técnicas militares, policiais e securitárias e técnicas burocrático-administrativas, produzindo, desta forma, crises de uma violência fria e, de vez em quando, não menos sangrenta.

Basta observar, a este respeito, a vasta máquina administrativa que permite ano após ano atirar para a ilegalidade milhares de pessoas que

² Carolina Kolelinki, “ Exister au risque de disparaître. Récits sur la mort pendant la traversée vers l’Europe ”, *Revue européenne des migrations internationales*, vol.33, n° 2-3, 2017, pp. 115-131.

³ Charles Heller et Antoine Pécoud, “ Compter les morts aux frontières: des contre-statistiques de la société civile à la récupération (inter)gouvernementale ”, *Revue européenne des migrations internationales*, vo.33., n° 2-3, 2017, p. 63-90.

estavam, no entanto, legalmente estabelecidas, o rosário das expulsões e das deportações em condições desconcertantes, a progressiva abolição do direito de asilo e a criminalização da hospitalidade⁴. O que dizer, aliás, da implementação das tecnologias coloniais de regulação dos movimentos migratórios na era eletrónica, com o seu cortejo de violências quotidianas, como é o caso dos intermináveis controlos ao *faciès*, das incessantes perseguições aos migrantes clandestinos, das muitas humilhações nos centros de retenção, do olhar assustado e do corpo algemado de jovens Negros arrastados pelos corredores dos comissariados de polícia donde saem uns com um olho negro, outros com um dente ou o queixo partido, a cara desfigurada, a multidão de migrantes a quem se arranca a última roupa e o último cobertor em pleno inverno, a quem se proíbe sentar-se nos bancos públicos e para quem se fecham as torneiras de água potável?

Mas o século não será apenas o dos entraves às mobilidades sobre um fundo de crise ecológica e de incremento das velocidades. Será também caracterizado por uma reconfiguração planetária do espaço, a aceleração constante do tempo e uma profunda fratura demográfica. Com efeito, até 2050, dois continentes reunirão perto de dois terços da humanidade. A África subsariana atingirá 2,2 mil milhões de habitantes, ou seja, 22% da população mundial. A partir de 2060, ela fará parte das regiões mais povoadas do mundo. A viragem demográfica da humanidade a favor do mundo afro-asiático será então um facto consumado. O planeta estará dividido entre um mundo de velhos (Europa, Estados Unidos, Japão e as certas regiões da América latina) e um mundo emergente que abrigará as populações mais jovens e mais numerosas do planeta. O declínio demográfico da Europa e da América do Norte continuará inexoravelmente. As migrações não vão parar. Bem pelo contrário, a Terra está na iminência de novos êxodos.

⁴ Frédéric Fogel, *Parenté sans papiers*, Dépayage, La Roche-sur-Yon, 2019.

O envelhecimento acelerado das nações mais ricas do mundo representa um acontecimento com um alcance considerável. Trata-se da inversão dos grandes abalos provocados pelos excedentes demográficos do século XIX que desembocaram na colonização europeia de setores inteiros da Terra. Mais do que no passado, a governação das mobilidades humanas será o meio pelo qual uma nova distribuição do Globo tomará forma. Uma fratura de um género diferente e com dimensão planetária dividirá a humanidade. Ela oporá os que gozarão do direito incondicional de circulação e do seu corolário, o direito à velocidade, e os que serão excluídos, na base essencialmente da raça, do gozo destes privilégios. Aqueles que se tiverem apropriado dos meios de produção da velocidade e das tecnologias da circulação tornar-se-ão os novos senhores do mundo. Só eles decidirão quem pode circular, quem não deve ser condenado à imobilidade e quem só deve deslocar-se em condições cada vez mais draconianas.

A gestão das mobilidades à escala mundial constituirá, portanto, tal como a crise ecológica, um dos maiores desafios do século XXI. A reativação das fronteiras é uma das respostas de curto prazo ao processo a longo prazo do repovoamento do planeta. No entanto, as fronteiras não resolvem estritamente nada e mais não fazem do que agravar as contradições que resultam da contração do planeta. Efetivamente, o nosso mundo tornou-se muito pequeno. Nesse aspeto, ele é bem diferente do mundo das “Grandes Descobertas”, do mundo colonial das explorações, das conquistas e das implantações e deixou de ser infinitamente extensível. Doravante é um mundo finito, atravessado de uma ponta à outra por toda a espécie de fluxos incontrolados e até incontroláveis, de movimentos migratórios, de movimentos de capitais ligados à *financeirização* extrema do capitalismo e às forças de extração que dominam a maioria das economias, principalmente as do sul. E ainda é preciso acrescentar a tudo isto os fluxos imateriais ativados pelo advento da razão eletrónica e digital, o aumento das velocidades, a perturbação dos regimes do tempo.

Vivemos durante muito tempo num mundo em que era suposto que a cada Estado correspondia uma população, e que cada população devia residir no seu Estado. Este postulado de residência num dado território (o princípio de sedentariedade) era visto como uma das condições de criação de um mundo habitável.

Ora as grandes crises que nos afetam neste início de século não põem apenas em causa o princípio de sedentariedade. Este dá agora lugar ao princípio da mistura. Muitos lugares estão de facto cada vez mais devastados; regiões inteiras esvaziam-se dos seus habitantes e muitos espaços onde se tornou impossível viver são abandonados. Muito poucos, hoje em dia, estão seguros da sua morada. Como Isabelle Delpla sublinha com razão, “face a regiões do país quase desertadas pela população, ou face a países que se despovoam”, muitos indivíduos “já não sabem se estão dentro ou fora da fronteira”⁵. Ao mesmo tempo, entre humanos e não humanos, divisão, fragmentação e emaranhado são doravante inseparáveis. Vidas e devires implicam agora toda a espécie de ligações e de conexões.

Se realmente não há no mundo nenhum Estado sem população no estrangeiro, a verdadeira questão é de saber em que condições a Terra, nas suas dimensões planetárias, pode de facto transformar-se em berço de todos os humanos e em horizonte de todos os viventes⁶. Trata-se, pois, de inventar outras maneiras de habitar o planeta. Como fazê-lo senão imaginando formas políticas, estatais, e modalidades de pertença cada vez mais flexíveis, desdobráveis e móveis?

TRADUÇÃO E NOTA INTRODUTÓRIA DE
CRISTINA ÁLVARES E CONCEIÇÃO VARELA
Universidade do Minho

⁵ Isabelle Delpla, “Vivre au pays vide?”, *Critique*, nº 860–861, 2019, p. 133.

⁶ Ver Emanuele Coccia, “Gaïa ou l’anti-Léviathan”, *Critique*, nº 860–861, 2019, pp. 32–43.